



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

# **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

  

## **ESTUDOS E INSPEÇÃO DE SEGURANÇA REGULAR (ISR) PARA AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA DA BARRAGEM DO AÇUDE DA CONCÓRDIA, MUNICÍPIO DE VALENÇA.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1.1 Justificativa da necessidade de contratação (inciso I do § 1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021). ....</b>	<b>5</b>
<b>1.2 Instrumentos de planejamento .....</b>	<b>6</b>
<b>1.3 Do Plano Anual de Contratação.....</b>	<b>6</b>
<b>1.4 Resultados pretendidos do atendimento da demanda.....</b>	<b>7</b>
<b>2. DESENHO DA CONTRATAÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2.1 Definição sucinta do objeto .....</b>	<b>7</b>
<b>2.2 Das estimativas de quantidades.....</b>	<b>7</b>
<b>2.3 Da natureza do bem/serviço .....</b>	<b>8</b>
<b>2.4 Regime de contratação.....</b>	<b>8</b>
<b>2.5 Regime de execução.....</b>	<b>8</b>
<b>2.6 Da aglutinação ou parcelamento das futuras contratações .....</b>	<b>8</b>
<b>2.7 Forma de execução.....</b>	<b>9</b>
<b>2.8 Duração do contrato .....</b>	<b>9</b>
<b>2.9 Garantia contratual.....</b>	<b>10</b>
<b>2.10 Possibilidade de subcontratação .....</b>	<b>11</b>
<b>2.11 Qualificação Técnica.....</b>	<b>12</b>
<b>2.12 Vedação de consórcio .....</b>	<b>13</b>
<b>2.13 Vedação de cooperativa .....</b>	<b>14</b>
<b>3. VANTAJOSIDADE TÉCNICA FINANCEIRA .....</b>	<b>14</b>
<b>4. ANÁLISE DE RISCO .....</b>	<b>14</b>
<b>5. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO .....</b>	<b>16</b>
<b>6. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>7. RAZOABILIDADE E ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>8. LICENCIAMENTO AMBIENTAL .....</b>	<b>17</b>



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Justificativa da necessidade de contratação (inciso I do § 1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021)<sup>1</sup>.

Este Estudo Técnico Preliminar estabelece condições técnicas para a contratação de empresa especializada para a execução de “ESTUDOS E INSPEÇÃO DE SEGURANÇA REGULAR (ISR) PARA AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA DA BARRAGEM DO AÇUDE DA CONCÓRDIA, MUNICÍPIO DE VALENÇA”, elaborado conforme a Resolução Inea nº 137/2016, respeitando o manual de gestão e acompanhamento de contratos anexo à resolução.

As barragens são obstáculos artificiais construídos nos rios para reter água, demais líquidos, rejeitos ou detritos. Essas estruturas podem ter tamanhos variados, desde pequenos maciços de terra, usados frequentemente para atividades agrícolas, a enormes estruturas de concreto ou de aterro, utilizadas para fins de acumulação de água para abastecimento público, geração de hidroeletricidade, usos relacionados às atividades de mineração e mitigação ou controle de inundações (CBDB, 2018)<sup>2</sup>.

Em âmbito estadual e tendo em vista que o Inea é o órgão fiscalizador da barragem do Açude da Concórdia, as ações de segurança previstas nas políticas em relação à barragem em tela devem seguir e estar em conformidade com a Resolução Inea nº 165/2018, que estabelece diretrizes para a elaboração do Plano de Segurança de Barragem (PSB) e regulamenta as Políticas Nacional e Estadual de Segurança de Barragens no âmbito da sua competência e a Resolução Inea nº 276/2023, que aprova a Norma Operacional (NOP-INEA-55.R-0), que estabelece procedimentos de fiscalização e orientações aos empreendedores de barragens enquadradas nas políticas de segurança de barragens no âmbito da competência do Inea, em complementação à resolução de 2018.

Conforme o disposto na legislação pertinente de segurança de barragens, compete ao empreendedor da barragem a execução das medidas e ações necessárias a sua segurança, incluindo, dentre outras, a realização de inspeções.

<sup>1</sup> Nova Lei de Licitação N 14.133/2021

<sup>2</sup> <http://cbddb.org.br/n-6-07-2018>



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Neste contexto, conforme o disposto no inciso IV, art. 2º da Lei Federal nº 12.334/2010 (PNSB), o empreendedor de uma barragem é a *“pessoa física ou jurídica que detenha outorga, licença, registro, concessão, autorização ou outro ato que lhe confira direito de operação da barragem e do respectivo reservatório, ou, subsidiariamente, aquele com direito real sobre as terras onde a barragem se localize, se não houver quem os explore oficialmente”*.

Isto posto, cabe registrar que a área de entorno do açude foi transformada em parque municipal por meio do Decreto Municipal nº 65/2001, tendo sido gerido pelo Inea, conforme o termo de cessão de uso e gestão da área poligonal inserida nos limites do Parque Natural Municipal Açude da Concórdia (PANAMAC), entre o Inea e a Prefeitura Municipal de Valença, assinado em janeiro de 2018, com validade de 5 anos.

Considerando que a Prefeitura é a dona das terras na qual está localizada a barragem e, considerando ainda que, tendo em vista a utilização das águas do reservatório da barragem do Açude da Concórdia para abastecimento público no município, a Prefeitura Municipal de Valença é considerada o empreendedor desta barragem, com base no disposto na legislação pertinente.

## 1.2 Instrumentos de planejamento

A contratação dos serviços para “Estudos e Inspeção de Segurança Regular (ISR) para avaliação da segurança da barragem do Açude da Concórdia, município de Valença”, é de **R\$ 582.103,20 (quinhentos e oitenta e dois mil, cento e três reais e vinte centavos)**.

## 1.3 Do Plano Anual de Contratação

Informa-se que, até o presente momento, não é possível verificar se a contratação está prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) deste ano, pois o referido documento ainda não foi disponibilizado para consulta. Além disso, destaca-se que, devido à segregação de funções, a elaboração do PCA não é atribuição dos responsáveis pela criação deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Esclarece-se que a responsabilidade pela elaboração do PCA cabe a outros setores da administração, não envolvendo os projetistas do ETP, cuja função se limita à análise técnica e ao planejamento do objeto em questão. Essa separação visa garantir maior controle e transparência nas etapas de contratação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Aguarda-se, portanto, a disponibilização do PCA pelos responsáveis para que seja possível verificar o alinhamento da contratação com as diretrizes do planejamento anual.

#### 1.4 Resultados pretendidos do atendimento da demanda

Identificar e avaliar a situação atual da barragem do Açude da Concórdia por meio da realização de Inspeção de Segurança Regular (ISR), conforme diretrizes estabelecidas na Resolução Inea nº 165/2018.

## 2. DESENHO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1 Definição sucinta do objeto

O objeto da contratação é a elaboração de Estudos e Inspeção de Segurança Regular (ISR) para avaliação da segurança da Barragem do Açude da Concórdia, Município de Valença.

### 2.2 Das estimativas de quantidades

Em relação as quantidades o quadro abaixo demonstra a estimativas de quantidades para a solução em tela, veja-se

ITEM	GRUPO	SUBGRUPO	ATIVIDADE	CUSTO DIRETO	CUSTO COM BDI	PARCELA DO ORÇAMENTO	Cronograma		
							Mês 01	Mês 02	Mês 03
01	01 PLANO DE TRABALHO E PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DE	01.01 PLANO DE TRABALHO	01.01.01 PLANO DE TRABALHO	R\$ 18.337,78	R\$ 37.631,82	6,46%	100,00% 37.631,82		
02	02 SERVIÇOS PRELIMINARES	02.01 SERVIÇOS DE CAMPO	02.01.01 LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICO, PLANIALTIMÉTRICO E	R\$ 5.374,45	R\$ 7.073,31	1,22%	100,00% 7.073,31		
03			02.01.02 LEVANTAMENTOS TOPOBATIMÉTRICO	R\$ 81.573,46	R\$ 81.036,75	13,92%	100,00% 81.036,75		
04			02.01.03 INVESTIGAÇÃO GEOTÉCNICA	R\$ 60.012,56	R\$ 78.982,45	13,57%		100,00% 78.982,45	
05	03 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	03.01 ESTUDOS HIDROLÓGICOS	03.01.01 ESTUDOS HIDROLÓGICOS	R\$ 36.675,59	R\$ 75.263,68	12,93%		50,00% 37.631,84	50,00% 37.631,84
06		03.02 ESTUDOS GEOTÉCNICOS	03.02.01 ANÁLISE DA ESTABILIDADE DO BARRAMENTO	R\$ 18.337,78	R\$ 37.631,82	6,46%		100,00% 37.631,82	
07	04 RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA	04.01 RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA	04.01.01 EXECUÇÃO DA INSPEÇÃO IN LOCO	R\$ 36.675,59	R\$ 75.263,68	12,93%		50,00% 37.631,84	50,00% 37.631,84
08			04.01.02 AVALIAÇÃO DA ESTABILIDADE E INTEGRIDADE DA BARRAGEM E ELABORAÇÃO DA	R\$ 28.416,97	R\$ 64.394,52	11,06%		50,00% 32.197,26	50,00% 32.197,26
09	05 ESTUDO DAS ALTERNATIVAS PARA RECUPERAÇÃO DA	05.01 CONCEPÇÃO E DETALHAMENTO DAS	05.01.01 CONCEPÇÃO DE ALTERNATIVAS	R\$ 18.337,78	R\$ 37.631,82	6,46%			100,00% 37.631,82
10			05.01.02 DETALHAMENTO DAS ALTERNATIVAS	R\$ 41.940,09	R\$ 87.193,35	14,98%		50,00% 43.596,67	50,00% 43.596,67

Número de atividades: 10  
Duração: 3 meses  
R\$ 325.682,05

Custo mensal 37.631,82 88.110,06 116.614,29 145.092,76 151.057,59 43.596,67  
% mensal 6,46% 15,14% 20,03% 24,93% 25,95% 7,49%  
Custo acumulado 37.631,82 125.741,87 242.356,17 387.448,93 538.506,52 582.103,20  
% acumulada 6,46% 21,60% 41,63% 66,56% 92,51% 100,00%

CUSTO TOTAL R\$ 325.682,05 R\$ 582.103,20

inea instituto estadual do ambiente

Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

### 2.3 Da natureza do bem/serviço

Trata-se de serviço comum de engenharia (art. 46, da Lei 14.133/2021) prestado de forma não contínua (por escopo), sem disponibilização de funcionários da contratada de forma prolongada ou contínua.

### 2.4 Regime de contratação

Por se tratar de serviço comum de engenharia, a licitação será realizada sob a modalidade **PREGÃO**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, essa institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO** (art. 33 da Lei 14.133/2021) cuja proposta deverá ser elaborada conforme orientações do Termo de Referência.

### 2.5 Regime de execução

A pretendida contratação será executada no regime de **Empreitada por Preço Unitário**, a ser a medição e pagamento condicionado a cumprimento das etapas dispostas no cronograma físico-financeiro, conforme art. 46 da Lei 14.333/2021.

### 2.6 Da aglutinação ou parcelamento das futuras contratações

Informa-se que a decisão de aglutinar todos os serviços em uma única contratação visa facilitar o processo de fiscalização. Ao concentrar a responsabilidade em uma única empresa, a gestão do contrato torna-se mais ágil e eficiente, permitindo um acompanhamento mais preciso das etapas de execução e garantindo maior controle sobre o cumprimento das metas e prazos estabelecidos.

Além disso, a contratação de múltiplas empresas para a execução de diferentes serviços pode gerar falta de sinergia entre as partes envolvidas. A ausência de integração entre as equipes, métodos e cronogramas de empresas distintas pode levar a descompassos na execução das atividades, comprometendo a eficiência do projeto como um todo.

Outro fator relevante é que todos os serviços estão concentrados no ramo da construção civil, o que torna recomendável que uma única empresa especializada seja responsável pela





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

execução integral do objeto. A escolha de uma única empresa permitirá maior coerência na aplicação de técnicas e soluções construtivas, resultando em um trabalho mais harmonioso e com menor risco de incompatibilidades.

Adicionalmente, a continuidade na execução dos serviços pela mesma empresa traz um importante ganho no tempo de aprendizagem. A empresa contratada, ao longo do processo, desenvolve familiaridade com as especificidades do objeto, o que gera maior fluidez e qualidade na realização das atividades, evitando retrabalhos ou adaptações que seriam necessárias caso houvesse múltiplos responsáveis.

Por fim, a concentração dos serviços em um único contrato também minimiza o risco de atrasos no cumprimento dos prazos pactuados. Quando a execução de uma atividade depende da conclusão de outra, o envolvimento de mais de uma empresa pode gerar dificuldades de coordenação, atrasando a entrega do objeto final. Assim, a unificação das responsabilidades visa garantir uma maior fluidez na execução e o cumprimento dos prazos acordados.

## 2.7 Forma de execução

O cumprimento do contrato se dará de **forma indireta**, com a administração contratando empresa especializada. No que se refere aos projetos executivos, a execução será através da elaboração e entrega de relatórios (produtos) técnicos, de acordo com cada disciplina (atividade) constante no Termo de Referência e prevista na programação do Cronograma Físico, e as medições serão mediante a aprovação/aceite integral ou parcial desses produtos por parte da equipe de Fiscalização do contrato.

No que tange à obra, os serviços serão executados de acordo com a programação do Cronograma Físico e a CONTRATADA enviará no início de cada mês, junto com a medição, diário de obras, boletins de acompanhamento, resumo de acompanhamento do período medido e relatórios fotográficos, para que sejam atestados pela FISCALIZAÇÃO do INEA e posteriormente liberados para pagamento.

## 2.8 Duração do contrato

O prazo de execução dos serviços serão: **03 (três) meses para o ISR**. O **prazo de vigência**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

total do contrato será **de 05 (cinco) meses**, a contar da emissão da Ordem de Início, obedecendo-se o Cronograma Físico.

## 2.9 Garantia contratual

De acordo com o Art. 96 da Lei 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas, a exigência de garantia contratual é uma ferramenta de segurança fundamental, proporcionando uma camada adicional de proteção contra inadimplimentos e falhas na execução de obras públicas.

Conforme estipulado no Art. 96, a garantia contratual deverá ser equivalente a 5% do valor total do contrato. Este percentual é definido para garantir que a parte contratada tenha um comprometimento financeiro suficiente para cumprir as obrigações assumidas. No caso em concreto, será estipulado o percentual de 5%, considerando que esse é o percentual máximo permitido pela lei que não exige fundamentação pontual. No entanto, o percentual de 5% é o mínimo capaz de reparar a Administração pela frustração da execução da obra. A exigência de garantia busca equilibrar a relação entre a Administração e os contratados, prevenindo possíveis prejuízos ao erário e assegurando a execução do objeto contratado.

Além disso, o prazo mínimo de vigência da garantia deve coincidir com o prazo de vigência do contrato. Isto significa que a garantia deve estar vigente durante todo o período em que a obra estiver em execução, oferecendo cobertura contínua até a completa entrega da obra ou a finalização dos serviços. Em situações em que ocorra a prorrogação do contrato ou qualquer outro aditivo que implique em aumento do tempo de vigência do contrato, a garantia deverá ser estendida por igual período, mantendo assim a proteção contínua até o término da nova vigência.

O Art. 96 §1º da Lei 14.133/2021 prevê diversas modalidades para a efetivação da garantia contratual em obras públicas. As modalidades aceitas incluem: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança bancária. Estas opções permitem que o contratado escolha a modalidade que melhor se adeque às suas condições financeiras e operacionais, oferecendo flexibilidade e adaptabilidade na constituição da garantia.

A adoção dessas garantias previstas na legislação visa assegurar a integridade e a eficiência na execução dos contratos de obras públicas, protegendo o interesse público e garantindo que os recursos sejam utilizados de forma responsável e segura. A escolha da modalidade de garantia deve ser feita com base nas especificidades de cada contrato e na capacidade do contratado,





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

sempre buscando a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

Por fim, a exigência de garantias contratuais conforme o Art. 96 da Lei 14.133/2021 representa uma medida essencial para a proteção dos interesses da Administração Pública na realização de obras públicas. Ao assegurar que o contratado tenha um compromisso financeiro sólido, a Administração minimiza riscos e promove uma execução mais eficiente e segura das obras, garantindo que os objetivos públicos sejam alcançados de maneira eficaz e responsável.

## **2.10 Possibilidade de subcontratação**

Conforme art. 122 da Lei 14.133/2021, “O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração”.

De acordo com o acórdão TCU 2002/2005, “A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais do processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção mais vantajosa para a administração” (Artigo 3º da Lei 8666/93).

No que tange aos serviços objeto da subcontratação, esses não poderão ser os itens especiais do contrato, especialmente aqueles para os quais foram solicitados atestados de capacidade técnica, por ocasião da abertura do certame. (Acórdão TCU nº3 144/2011-Plenária). Portanto, os serviços que poderão ser subcontratados deverão ser inequivocamente, complementares ou acessórios, mas não os principais.

Por outro lado, o TCU em sua decisão, aceita a subcontratação desde que a Administração venha a exigir do subcontratado a apresentação dos documentos de habilitação requisitados na licitação, especialmente quanto a regularidade jurídica, idoneidade fiscal, qualificação técnica, econômica e financeira, além do cumprimento no disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. Ed Brasília:TCU 2010).

Independente da previsão em Contrato é importante que a subcontratação seja previamente autorizada pela Administração. Caso esta não se registre, de acordo com artigo 78 e no seu inciso VI, define: a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

no Edital e no Contrato constituem motivo para rescisão de Contrato.

Nesse contexto, o limite aceito para a subcontratação é a administração quem vai decidir dentro de sua discricionariedade, pautado sempre pelos princípios que regem a administração pública, principalmente os da moralidade e razoabilidade.

Desta forma, será permitida a subcontratação de atividades complementares ou acessórias, desde que estejam dentro dos limites definidos pela Administração, limitada, no máximo a 30% (trinta por cento) do valor contratado.

## **2.11 Qualificação Técnica**

Para assegurar a contratação de uma empresa devidamente capacitada e que atenda às necessidades do objeto em tela, os critérios de qualificação técnica estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar seguirão requisitos específicos voltados à capacidade técnica da futura contratada.

Primeiramente, neste objeto, a empresa deve comprovar ser pessoa jurídica atuante no ramo da construção civil, devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Tal requisito é essencial para garantir que a contratada atue dentro das regulamentações exigidas para o setor, assegurando conformidade técnica e legal.

Além disso, a futura contratada deverá demonstrar expertise na execução conforme será descrito nas parcelas de maior relevância do projeto, que constará no Anexo 09. Essa demonstração deverá ser feita por meio de atestados técnicos emitidos por terceiros, comprovando a execução de obras ou serviços similares em porte e complexidade àqueles exigidos no futuro contrato.

A comprovação de expertise na parcela de maior relevância visa assegurar que a contratada tenha experiência prática e específica nas atividades de maior impacto técnico do projeto, minimizando riscos de execução inadequada, tudo conforme orientação dos tribunais de contas.

Outro critério imprescindível é a disponibilidade imediata dos equipamentos necessários à execução do objeto, conforme será detalhado no Anexo 10. A futura contratada deverá comprovar que possui, tanto em seu inventário ou por meio de locação, todos os equipamentos especificados, garantindo prontidão para atendimento imediato às demandas do projeto.

A pronta disponibilidade desses recursos visa assegurar o cumprimento de prazos e a



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

execução contínua das atividades, sem interrupções por falta de aparelhamento adequado.

Por fim, os critérios estabelecidos, ao serem proporcionais ao objeto da contratação, buscam garantir que apenas empresas com qualificação técnica compatível sejam habilitadas, promovendo a eficiência na execução do contrato e o atendimento ao interesse público de maneira eficaz e segura.

## 2.12 Vedação de consórcio

Conforme previsto em Edital não será permitida a constituição de consórcio. Trata-se de uma definição assumida após avaliação das circunstâncias que envolvem a execução do objeto desejado, conforme previsto art. 15 da Lei 14.133/2021. Foram considerados os seguintes aspectos:

- Visando justificar a inclusão no item do edital licitatório, que dispõe pela vedação de empresas consorciadas para o certame, esclarecemos que a execução dos serviços a serem contratados não possui grande complexidade no campo da engenharia civil e não apresenta dificuldades quanto a gestão dos serviços. Sendo assim, entende-se que o presente objeto não comporta a exigência de formação de consórcio de empresas para a elaboração das intervenções propostas, esclarecendo que tal decisão não propiciará restrições ao caráter competitivo do certame.
- Entende-se em certos casos, como deste em tela, que a proibição de consórcios aumenta a possibilidade da contratação de proposta mais vantajosa, uma vez que as empresas não terão a chance de concentrar esforços, o que, em alguns casos, resulta em menor competitividade e propostas menos vantajosas para a Administração.
- Também foi pesado o fato de que a formação de consórcios pode permitir a participação de empresas sem o porte técnico necessário e que, caso saírem-se vencedoras, poderão ter dificuldades no cumprimento contratual, o que seria mais danoso ao erário do que garantir uma maior quantidade de licitantes.
- Ainda, visando justificar os itens apresentados no “ANEXO 09 - Parcela de Maior Relevância”, impende informar que os referidos representam grande relevância técnica, portanto, auxiliam na comprovação da qualificação técnica que garantirá o cumprimento das obrigações impostas aos licitantes pelo objeto em questão, embora, estes itens não estejam entre os de maior



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

impacto no orçamento.

### 2.13 Vedação de cooperativa

A vedação é justificada pela natureza do serviço que será prestado, incompatível com as características das cooperativas, uma vez que as tarefas não seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação com a cooperativa, evitando-se a eventual responsabilidade subsidiária do Poder Público pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas, na forma do Enunciado 331 do TST.

Nesse sentido, foram reiteradas as decisões (Acórdão nº 1815/2003-Plenário, Acórdão nº 307/2004-Plenário) que culminaram com a publicação da Súmula nº 281 TCU.

## 3. VANTAJOSIDADE TÉCNICA FINANCEIRA

É possível observar a vantajosidade técnica da contratação pretendida, uma vez que não há no corpo técnico da DIRRAM especialista para tal fim e, sendo o INEA também o fiscalizador, não seria adequado que este mesmo órgão apontasse as eventuais não conformidades do estado atual da barragem.

Sob ponto de vista da vantajosidade financeira, é possível observar que a contratação pretendida deverá ser realizada com uma equipe enxuta, curto prazo de tempo, o que se reflete no baixo custo da atividade frente a importância de sua natureza e prevenção de desastres naturais decorrentes de cheias, transbordamentos e inundações.

## 4. ANÁLISE DE RISCO

A análise dos riscos relacionados a almejada contratação envolve, prioritariamente, situações de **natureza técnica** (experiência e competência da empresa, conhecimento prévio das legislações incidentes sobre urbanização), **financeira** (porte e infraestrutura), e **administrativa**.

De acordo com a avaliação realizada sobre a probabilidade de ocorrência do **risco externo**, pode-se afirmar que o nível é baixo no que se refere a impactar na consecução adequada do objeto contratual, considerando que a natureza dos serviços pretendidos restringe-se à elaboração de



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

**relatórios de inspeção de segurança regular de barragem** e inspeção de segurança especial de barragem. Qualquer ocorrência quanto à aceitar, evitar, transferir ou mitigar tais riscos serão tratados caso sejam concretamente observados.

Para minimizar os **riscos técnicos**, devem ser observados os parâmetros a serem estabelecidos em função da parcela de maior relevância técnica, cujo edital de licitação deverá exigir a obrigatoriedade de apresentação de documentos que comprovem o prévio conhecimento técnico do objeto contratado.

Ainda sob esse aspecto, deve-se considerar como fator de redução de risco a compatibilidade do escopo do contrato com as atribuições da Diretoria de Recuperação Ambiental, em especial à Gerência de Projetos de Engenharia - GERPENG, a qual detém expertise no planejamento, coordenação, fiscalização e acompanhamento de estudos e projetos.

No que tange à mitigação dos **riscos financeiros**, importante destacar os requisitos de qualificação econômico financeira das empresas licitantes, exigidos no instrumento convocatório, que segue a minuta padrão formulada pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro para a modalidade licitatória pretendida no presente caso. Além disso, eventual execução da garantia contratual para arcar com eventuais prejuízos financeiros pela inexecução do objeto constitui parte integrante do edital de licitação e da minuta de contrato.

Além de considerar que a forma de execução do contrato deve cumprir o adequado equilíbrio econômico financeiro para a elaboração do relatório/produto, garantindo assim as condições econômicas para que a contratada realize as atividades previstas.

Para mitigação dos **riscos administrativos**, relativos à execução e acompanhamento do contrato, deve-se considerar os instrumentos legais que regem o Termo de Referência, Edital e Contrato a ser celebrado com a empresa vencedora, tais como: os elementos sancionatório, bem como o Decreto 46.600 e a Resolução INEA Nº 137, que trata do Manual de Fiscalização do INEA.

**Diante ao exposto, é possível afirmar que os riscos atrelados ao presente objeto são administráveis, e os instrumentos de mitigação são conhecidos e estão disponíveis aos gestores, o que torna viável a contratação em tela.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

## 5. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

## 6. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação demandada, condicionada à implementação das providências discriminadas no presente estudo, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.

## 7. RAZOABILIDADE E ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de “Estudos e Inspeção de Segurança Regular (ISR) para Avaliação da Segurança da Barragem do Açude da Concórdia, município de Valença” é necessária, uma vez que não há no corpo técnico da DIRRAM especialista para tal fim e, sendo o INEA também o fiscalizador, não seria adequado que este mesmo órgão apontasse as eventuais não conformidades do estado atual da barragem.

Além da vantajosidade financeira é possível observar que a contratação pretendida deverá ser realizada com uma equipe enxuta, curto prazo de tempo, o que se reflete no baixo custo da atividade frente a importância de sua natureza e prevenção de desastres naturais decorrentes de cheias, transbordamentos e inundações.

A inspeção feita de maneira adequada ajuda a evitar, transferir ou mitigar tais riscos que serão tratados caso sejam concretamente observados.

Considerando todos os aspectos, é evidente que a implementação da Inspeção de Segurança Regular (ISR) da Barragem do Açude da Concórdia no município de Valença é uma medida justificada, proporcionando estudo da área para ser implementado obra, conseqüentemente, melhorias na área do açude da concórdia.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

## 8. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, estabelece normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no exercício das competências administrativas em matéria ambiental. No que tange à concessão de licenças ambientais, esta lei atribui ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) a responsabilidade de licenciar atividades e empreendimentos de impacto local. No contexto do município de Valença. Faz-se necessária a execução de intervenções estruturais para solução das anomalias existentes e, portanto devem ser realizados estudos e uma Inspeção de Segurança Regular (ISR) na barragem do Açude da Concórdia e estruturas associadas. Estas intervenções são cruciais para manter a estrutura da barragem, garantindo a segurança e proteção da população à jusante.

No Estado do Rio de Janeiro, a Resolução CONEMA nº 42/2012 complementa a Lei Complementar 140 ao especificar as atribuições de licenciamento ambiental do INEA. De acordo com esta resolução, cabe ao INEA a responsabilidade de licenciar atividades e obras que causem impacto ambiental exclusivamente dentro dos territórios municipais. No caso da Inspeção de Segurança Regular (ISR) do Açude da Concórdia, para avaliação da segurança da barragem e verificação da estabilidade e integridade da estrutura e proposição das intervenções necessárias e adequadas para solução das anomalias existentes e recuperação da barragem, visando garantir sua segurança e mitigar os riscos à população residente a jusante o licenciamento ambiental pelo INEA é imprescindível para garantir que as ações sejam planejadas e executadas de acordo com os critérios técnicos e legais, minimizando os impactos ambientais adversos.

No caso em questão, o INEA é tanto o órgão ambiental responsável pelo licenciamento quanto a contratante das obras de macrodrenagem. Portanto, as Licenças Ambientais serão de responsabilidade da contratante, que é o próprio INEA. É essencial que todos os instrumentos ambientais cabíveis sejam apresentados antes do final da fase interna do procedimento licitatório. Esta medida garante que todos os requisitos legais e ambientais sejam devidamente atendidos, proporcionando maior segurança jurídica e ambiental para a execução das obras de macrodrenagem.

No objeto a ser contratado, em regra, o licenciamento ambiental segue o rito ordinário, o qual prevê três fases: "licença prévia", "licença de instalação" e "licença de operação", conforme a



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS  
Instituto Estadual do Ambiente - INEA  
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

legislação pertinente. Neste caso, a contratante irá juntar a licença prévia no processo licitatório, e as licenças subsequentes serão de responsabilidade da contratante, sendo requeridas e apresentadas concomitantemente à execução do objeto contratado. Caso o rito das licenças seja simplificado, isso será identificado no momento do requerimento do licenciamento, garantindo que todas as fases do projeto estejam devidamente licenciadas e em conformidade com as exigências ambientais.

Por fim, é importante destacar que a atuação do INEA no licenciamento ambiental de obras de macrodrenagem deve ser integrada e articulada com os municípios e outros órgãos ambientais. Essa cooperação é essencial para assegurar a compatibilidade das ações locais com as políticas e diretrizes estaduais e federais de gestão dos recursos hídricos e preservação ambiental. Assim, o INEA, ao exercer sua competência de licenciamento ambiental, deve garantir que as obras de macrodrenagem sejam conduzidas de maneira sustentável, respeitando as normas ambientais vigentes e promovendo a melhoria da qualidade de vida da população.